

AMEAÇA: DEMISSÃO EM MASSA.

JORNAL DA TARDE

— A aprovação da anistia da correção monetária para os empréstimos contraídos pelos micro e pequenos empresários e agricultores, durante o período do Plano Cruzado, poderá levar o governo a demitir em massa.

A advertência é do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, que ontem, durante entrevista coletiva no Planalto, declarou que a anistia, se aprovada pela Constituinte, “envolveria um custo de 9,6 bilhões de dólares, que teria de ser cobrado de toda a sociedade”.

Para evitar que isso ocorra — disse Costa Couto — o governo poderá se antecipar à decisão dos constituintes, baixando um decreto-lei que facilite a negociação caso a caso, de modo a ajudar apenas aqueles empresários que têm negócios viáveis e estejam em dificuldades.

— Não adianta salgar carne podre — disse Costa Couto, referindo-se à inutilidade de se aprovar um programa de salvação “para empresas absolutamente inviáveis”.

No Planalto, o presidente José Sarney recomendou aos líderes do governo que permaneçam em Brasília neste final de semana para tentar um entendimento com os autores da fusão de emendas que anistiam os empresários endividados. Se não houver acordo até terça-feira, dia da votação, a ameaça de instituir o decreto-lei deve mesmo se materializar.

Durante a reunião dos líderes com o presidente da República, na quinta-feira à noite, o ministro Mailson da Nóbrega rom-

peu o sigilo bancário para provar, citando nome por nome os bancos federais, estaduais e privados, em que o rombo será realmente de quase dez bilhões de dólares (15% da dívida externa).

Humberto Souto (PFL-MG), um dos autores da fusão, entrou como uma bala ontem no gabinete de José Lourenço, para adverti-lo sobre o decreto-lei. Para provar que a fusão havia cedido muito ao governo, Souto contou a Lourenço que Ronaldo Caiado o intepelara, momentos antes: “O chefe, acabou com a sua emenda e nos deixou na mão dos banqueiros?”. Caiado se referia a uma exigência para a anistia da correção monetária: o tomador do empréstimo precisa provar que aplicou o dinheiro em seu estabelecimento.

— O governo está ameaçando com decreto-lei porque está louco para pagar a conta; já tomamos conhecimento de que há um acordo para conceder de 30 a 50% de desconto sobre a dívida, sem prejuízo para os banqueiros, disse Humberto Souto.

Em Brasília, ontem, a União Brasileira de Empresários divulgou nota dizendo que seus integrantes não aceitam a anistia de dívidas, independente do tamanho da empresa. Mas reconhecem “a gravidade da situação causada pelo fracasso do Plano Cruzado, sobretudo pelo fato de o governo ter estimulado o investimento no País”. Rejeitam a anistia mesmo assim, porque “o risco do negócio é da essência dessa composição”.



Costa Couto: a sociedade vai pagar essa dívida.

Se voltarem nove mil, saem nove mil.

Se a constituinte determinar que o governo readmita os milhares de funcionários afastados por motivos políticos desde 1979, em todo o setor público, só há uma saída: demitir número equivalente de pessoas ao mesmo tempo. Essa posição foi defendida pelo ministro Mailson da Nóbrega, quinta-feira à noite, em reunião no Palácio do Planalto com o presidente da República, José Sarney, e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Tanto a área econômica quanto o gabinete civil estão impressionados com o impacto da decisão sobre as contas do governo, já que o número de readmissões é superior a nove mil.

Ao comentar a decisão da Constituinte, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do

Gabinete Civil, disse que o seu impacto está sendo avaliado no momento, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. Esta avaliação da medida aborda os aspectos jurídicos e econômicos.

Segundo as primeiras estimativas feitas pelo governo, contudo, a medida vai provocar um impacto importante, obrigando o governo a redefinir toda a sua política econômica, mesmo com as demissões que se limitam a esfera federal. E isto ocorrerá, segundo explica Costa Couto, porque a decisão mexe profundamente com as finanças dos estados e dos municípios, incluídas no cômputo do déficit público. Diante disto, novas medidas terão de ser adotadas para compensar a elevação de custos daquelas áreas.